

A ARMA DA CRÍTICA LEGITIMANDO A CRÍTICA DAS ARMAS: O DEBATE TEÓRICO NA ESQUERDA ARMADA BRASILEIRA

Higor Codarin¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar as formulações teóricas desenvolvidas no seio das organizações de esquerda brasileira que empreenderam a luta armada contra a ditadura civil-militar. Mais especificamente, propõe analisar as posições teóricas do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) em diálogo com as teses desenvolvidas por “Jamil Rodrigues”, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Para além de uma análise baseada em dissonâncias e consonâncias teóricas, busca-se compreender o impacto das teses de “Jamil” no MR-8 à luz do momento específico pelo qual passava a organização. Debilitado e em rigorosa clandestinidade, o MR-8 buscava, através do incentivo ao debate teórico, novas referências teórico-estratégicas que apontassem os caminhos a seguir e, principalmente, legitimassem a manutenção da luta armada, a despeito dos sucessivos reveses.

Palavras-Chave: Luta Armada; Teoria; MR-8; Ditadura.

THE WEAPON OF CRITICISM LEGITIMATING THE CRITIQUE OF WEAPONS: THE THEORETICAL DEBATE IN THE BRAZILIAN ARMED LEFT

Abstract: This article aims to analyze the theoretical formulations developed within the organizations of the Brazilian left that undertook the armed struggle against the civil-military dictatorship. More specifically, it proposes to analyze the theoretical positions of the Revolutionary Movement 8 of October (MR-8) in dialogue with the theses developed by "Jamil Rodrigues", militant of the Vanguard Popular Revolutionary (VPR). In addition to an analysis based on dissonances and theoretical consonances, the aim is to understand the impact of Jamil's theses in the MR-8 in light of the specific moment by which the organization passed. Weakened and in strict clandestinity, the MR-8 sought, through the encouragement of the theoretical debate, new theoretical-strategic references that indicated the following paths and, above all, legitimized the maintenance of the armed struggle, in spite of successive setbacks.

Keywords: Armed Struggle; Theory; MR-8; Dictatorship.

* Artigo baseado em pesquisa de Mestrado.

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutorando em História Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: higor.codarin@gmail.com.

É notório, conforme sedimentado na bibliografia sobre o tema, a importância dada à prática, em detrimento da teoria, pelas organizações de esquerda que propuseram a luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira², constituintes da autointitulada esquerda revolucionária. O imperativo da ação³, como construído pela miríade de organizações, corresponde a um contexto histórico específico, em que, para melhor atender aos objetivos do presente artigo, podemos realçar dois fatores predominantes e convergentes.

Por um lado, deve-se destacar o impacto do golpe de 1964 nas organizações de esquerda. Fundamentalmente, em sua principal força hegemônica: o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O golpe, consolidado sem resistência significativa, além de sepultar as perspectivas de revolução nacional-democrática, anti-imperialista e anti-feudal do PCB⁴, potencializou as críticas à postura do partido. Se antes de 1964 as críticas endereçadas às posições políticas do PCB partiam, principalmente, de outras organizações de esquerda menos expressivas, como era o caso da Organização Revolucionária Marxista (ORM-POLOP), após o golpe se difundiram na própria estrutura partidária, gerando, em curto espaço de tempo, diversas cisões, pela cúpula e pelas bases, das quais o partido não mais se recuperaria.

² Optamos pela utilização do termo “civil-militar” ao nos referenciarmos à ditadura. A consolidação do termo “ditadura militar” tende, nos embates pela construção da memória coletiva, a isentar parcelas importantes da sociedade civil que participaram, inclusive com auxílio financeiro, na gênese e manutenção do golpe e da ditadura ao longo de seus vinte e um anos de existência. No entanto, devemos citar que não propomos uma atribuição genérica à responsabilidade da sociedade. Utilizamos o termo civil-militar para demonstrar, principalmente, o caráter de classe do golpe e da ditadura, apoiando-nos, assim, na perspectiva proposta por Ridenti (2016).

³ São diversos os autores que apontam esse forte traço na constituição das organizações que constituíram a luta armada brasileira. Para nos restringirmos a duas análises que apontam para essa perspectiva, devemos citar *O combate nas trevas* (2014), de Jacob Gorender, e *O fantasma da revolução brasileira* (2010), de Marcelo Ridenti.

⁴ Delineada, em especial, na Declaração Sobre a Política do PCB, de março de 1958, e referendada no V Congresso do partido, realizado em 1960, a leitura conjuntural do PCB apontava para uma visão dualista da sociedade brasileira. Por um lado, reconhecia certo desenvolvimento capitalista no meio urbano. Por outro, indicava atraso nas relações sociais no meio agrário, onde predominavam resquícios feudais que, acrescidos à dominação imperialista, mantinham distante a possibilidade de desenvolvimento autônomo do Brasil. Portanto, à leitura conjuntural, preconizava-se a construção de uma frente ampla e heterogênea, incluindo a burguesia patriota, para realização, de início, de uma revolução democrático-burguesa, promovendo o desenvolvimento capitalista no Brasil, para posteriormente realizar a revolução socialista, esta sim com poder de emancipação do proletariado, consolidando a concepção do processo revolucionário seguir por etapas. Nesta perspectiva, enxergavam na figura de João Goulart a personificação deste primeiro processo, que ocorreria dentro “da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização das massas (CARONE, 1982: 192)” Para maiores detalhes sobre as posições políticas do PCB, cf. Aarão Reis Filho (2002)

As críticas, de modo geral, dos que se tornariam partidários da luta armada, elegiam, impiedosamente, o partido como responsável pela conjuntura resultante. Os equívocos do partido derivavam, na visão dos críticos, dos chamados “desvios” de direita, que teriam impulsionado o PCB em uma prática política *reboquista* – em relação a João Goulart e à burguesia nacional –, *etapista* e *pacifista*, com relação à visão sobre o processo revolucionário e pela postura diante do golpe. Todas as críticas refletiam uma necessidade candente de oposição à inação do partido e das demais organizações de esquerda. O tempo era de ação. Irrompia no horizonte a perspectiva de refundar a esquerda nacional, com objetivo de torná-la, efetivamente, revolucionária. Nessa perspectiva, nos anos subsequentes ao golpe, não apenas a visão política da principal referência de esquerda no contexto foi severamente criticada, mas também, e em grande medida, o próprio modelo e as estruturas partidárias foram colocados em xeque, incluindo o cotidiano de reuniões, discussões políticas e elaborações teóricas.

Contudo, o viés anti-teoricista da esquerda armada brasileira não se explica, puramente, através das críticas ao imobilismo do PCB e das demais organizações de esquerda diante do golpe que derrubou João Goulart. Atuando como amplificador dessas críticas e postulando novos caminhos a seguir, devemos ressaltar, sobretudo, os processos revolucionários comunistas que emergiam de países periféricos e que, através da sistematização de suas experiências, forneciam novas perspectivas de atuação, fortemente baseadas na perspectiva de ações práticas, ofensivas. Sobre este processo, enfatizamos as sistematizações decorrentes da revolução chinesa, conhecida como *maoísmo*, e, fundamentalmente, da revolução cubana, conhecida como *foquismo*.

Com relação ao maoísmo, sua contribuição à esquerda armada foi, segundo Daniel Aarão Reis (2003), por um lado, o imperativo da revolução por intermédio da ação violenta – “o poder nasce da ponta do cano do fuzil” –, com ênfase na aliança operário-camponesa, contrapondo-se à coexistência pacífica e à transição pacífica ao socialismo, ambas propostas pela União Soviética e encampadas pelo PCB. Por outro, a Revolução Cultural, que era vista como forma de engajamento das massas na construção do socialismo.

Apesar de presente, a influência do maoísmo não foi tão significativa quanto a do foquismo entre as organizações que visavam refundar a esquerda brasileira. De início, podemos dizer que a predominância do foquismo decorria da simpatia com que era visto o

desenvolvimento do processo revolucionário cubano, sobretudo pela existência e sobrevivência de um país comunista, no contexto da Guerra Fria, vizinho dos EUA, que transformou Cuba no “primeiro território livre da América Latina”, como se dizia na época. Para além, e de modo mais importante, a teoria foquista, em específico de Che Guevara, *A guerra de guerrilhas*, e Régis Debray, *Revolução na Revolução*, propunha a criação de um modelo revolucionário que atendesse, especificamente, o contexto latino-americano, fortemente baseado em uma concepção de luta de pequenos grupos, armados, que pudessem, através de suas ações, desencadear o processo revolucionário, especialmente, a partir do campo.⁵

Ambas as leituras sobre o processo revolucionário cubano, seja de Che Guevara ou de Debray, construíram a perspectiva do foco guerrilheiro como pedra angular do projeto revolucionário latino-americano e, conseqüentemente, a figura do guerrilheiro revolucionário.⁶ Em *A guerra de guerrilhas*, Che concebe que se criou uma nova possibilidade para o “[...] povo libertar-se de um governo que o oprime” (GUEVARA, 1987: 13). A experiência cubana trouxe três contribuições fundamentais para os movimentos revolucionários latino-americanos:

- 1) As forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército. 2) Nem sempre há que se esperar que se deem todas as condições para a revolução; o foco insurrecional pode criá-las. 3) Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser, fundamentalmente, o campo (GUEVARA, 1987: 13).

⁵ A problemática da influência da Revolução Cubana sobre a esquerda armada brasileira é um tema sob o qual se debruçaram diversos pesquisadores, seja de forma direta ou indireta. Como não é o objetivo do presente artigo, cf. Barão (2007), Rollemberg (2001) e Sales (2005). Além disso, faz-se necessário ressaltar que a própria experiência revolucionária cubana fugia à concepção do foquismo construído por Debray. Como aponta Gorender (2014), a ação dos guerrilheiros cubanos na *sierra* foi bem-sucedida pois contou com amplo apoio social e trabalho político, também nas cidades. Criou-se, assim, com a teoria de Debray o mito do foquismo que, como aponta Rollemberg (2001), servia mais por legitimar a revolução e seus comandantes no poder em Cuba e na posição de prestígio diante dos movimentos comunistas da América Latina, do que como sistematização fiel ao processo revolucionário cubano.

⁶ Apesar dos pontos de convergência, as visões de Che Guevara e Régis Debray apresentam dissonâncias. A principal divergência entre as propostas de foco guerrilheiro em Che e Debray relaciona-se à necessidade do apoio das massas na construção do foco. Ao contrário de Debray, que desvaloriza completamente as ações que visassem um contato com as massas na criação do foco guerrilheiro, Che propõe, mesmo que de forma matizada, que “[...] a luta guerrilheira é uma luta de massas, é uma luta popular: a guerrilha, como núcleo armado, é a vanguarda combatente do mesmo, sua grande força reside na massa da população.” (GUEVARA, 1987: 15).

Em Debray, sistematização que encontrou maior abrigo entre as organizações de esquerda armada, a imagem do foco e a função do guerrilheiro são elevadas em potência. Através de um quadro reducionista do processo revolucionário em Cuba, que atribuía aos guerrilheiros que desembarcaram do Granma o início da revolução a partir do zero (GORENDER, 2014: 91), Debray construiu a visão de que a partir, unicamente, da ação militar derivaria a ação das massas. Em seus próprios termos: “o motorzinho [foco guerrilheiro] que coloca em marcha o grande motor [a ação das massas] (DEBRAY, s.d: 58) ”. A partir desta simplificação, são redefinidas as características necessárias ao revolucionário. Reduzido a guerrilheiro, as novas aptidões revolucionárias implicavam: sobreposição das aptidões militares às políticas; negação à estrutura partidária – considerada burocratizante –, ao trabalho de massas e, principalmente, ao esforço teórico, pois nas próprias palavras do filósofo francês: “Os melhores mestres do marxismo-leninismo são os inimigos enfrentados (DEBRAY, s.d: 81) ”.

Assim, de forma bastante breve, pudemos perceber que os modelos revolucionários, em especial o foquismo cubano, aliado ao contexto de críticas ao PCB, criaram o imperativo da ação revolucionária, sem a qual, na visão da maioria das organizações que surgiam deste processo, tornar-se-ia impossível a revolução brasileira. A teoria e as elaborações teóricas passavam a ser consideradas práticas burocratizantes, geradoras de imobilismo político.

Contudo, deve-se matizar esse caráter anti-teórico. Apesar de fortemente presente, é fato que houve debates e disputas por posições teórico-estratégicas nesse contexto, como também o embasamento das leituras conjunturais, seja nacional ou internacional, que legitimavam o caminho da luta armada, estava ancorado em referenciais teóricos. E é neste sentido que aponta o presente artigo. Mais especificamente, procuraremos demonstrar a existência de debates teóricos – e a afirmação de sua necessidade – em uma das organizações gestadas nesse contexto: o Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Através de um traçado analítico que compreenda a interligação entre as propostas político-teóricas e os distintos momentos da organização na luta armada, busca-se, principalmente, explorar as relações entre as posições políticas do MR-8 e os textos de “Jamil Rodrigues”, codinome de Ladislav Dowbor, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Para isso, como prelúdio, devemos traçar, sucintamente, a trajetória do MR-8 até a luta armada, remontando sua origem no movimento estudantil e analisando a linha política da organização, ainda sob o nome de Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB), que sacramentou a opção pelas armas como forma de realizar a idealizada revolução brasileira.

A opção pela luta armada

Formada no seio do movimento estudantil do Estado da Guanabara, atual cidade do Rio de Janeiro, a Dissidência Estudantil da Guanabara estruturou-se, inicialmente, a partir dos centros acadêmicos de Filosofia e Direito da Universidade do Brasil, posteriormente rebatizada Universidade Federal do Rio de Janeiro. Configurando-se como fração⁷ clandestina ao PCB ainda antes do golpe, foi a primeira, das diversas dissidências estudantis do partido⁸, a cindir com o PCB, em 1966, em imbróglgio envolvendo a campanha eleitoral. Após a cisão, adquiriu significativa capilaridade nos diversos campi e universidades do Estado da Guanabara, principalmente pela tática política apoiada, sobretudo, nas reivindicações estudantis. Assim, conquistou papel relevante enquanto vanguarda política do movimento estudantil, que atingiu seu ápice com a Passeata dos Cem Mil, em 1968, fato que a fez conquistar boa quantidade de novos militantes.

Com o declínio do movimento estudantil, impulsionado pela postura repressiva da ditadura transformada em lei com o Ato Institucional número 5 (AI-5), e com as primeiras ações armadas de outras organizações, perceberam que o caminho não apenas possível, mas inexorável, era a adesão às armas. Com isso, a partir do final de 1968, a organização dá início à preparação do primeiro grupo responsável pela realização das ações armadas. Ainda fora dos radares da repressão, realizaria, de forma bem-sucedida, três ações armadas no início de 1969, todas com objetivo de angariar fundos. Muito envolvida pelo sucesso das primeiras ações, a DI-GB realizou sua III Conferência, em abril, quando concretizou a via

⁷ “No jargão comunista, um agrupamento, reunindo militantes de diferentes células, que se juntam para articular posições políticas, à revelia das direções estabelecidas. (AARÃO REIS FILHO; CAMURÇA, 2007: 145)”

⁸ Após o golpe, diversas bases universitárias do PCB articularam-se enquanto dissidências (DI's). Dentre elas: Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ), que ficou conhecido como o primeiro Movimento Revolucionário 8 de Outubro; Dissidência do Rio Grande do Sul (DI-RS) que formaria o Partido Operário Comunista (POC) com remanescentes da POLOP; Dissidência de São Paulo (DI-SP) que se integraria à ALN ou à VPR e VAR-Palmares; Dissidência da Bahia (DI-BA), que, parcialmente, promoveria uma fusão com a DI-GB; e, Dissidência de Minas Gerais (DI-MG) que integraria à CORRENTE. (RIDENTI, 2010: 30)

da luta armada como estratégia revolucionária. A partir daquele momento deixaram para trás o estigma estudantil, quando se transformaram em Dissidência Comunista da Guanabara.⁹

Uma breve análise sobre a linha política resultante da conferência atende a um duplo objetivo. Fundamentalmente, serve para apresentarmos de que modo a luta armada estava integrada à perspectiva revolucionária dos dissidentes, evidenciando como se acomodaram as diversas referências teóricas que balizavam a visão da DI-GB. Além disso, é indício da leitura política dos dissidentes em um momento de relativa liberdade de ação, próximo à ampla mobilização das massas estudantis e das greves operárias de 1968, que contrasta com as avaliações feitas ao longo do ano seguinte, com repressão e clandestinidade rigorosas, momento em que o cerne das “teses de Jamil” – a relação entre a vanguarda e as massas – ocupa o centro do debate entre os militantes.

Para melhor resultado expositivo, analisaremos a linha política através da proposta de Marco Aurélio Garcia, utilizada por Ridenti, que distingue três coordenadas para compreender as perspectivas teórico-políticas das organizações de esquerda armada: o caráter da revolução brasileira, as formas de luta e o tipo de organização necessária (RIDENTI, 2010: 32).

Para os dissidentes, era muito clara a concepção sobre o caráter da revolução brasileira. Segundo a análise presente na linha política: a “sociedade brasileira caracteriza-se por sua estrutura capitalista de produção”. Ao contrário da leitura política do PCB, não eram os resquícios feudais que impediam o desenvolvimento das forças produtivas nacionais, mas sim as relações capitalistas de produção. Aliás, para além das cidades, também no campo destacavam-se “[...] as relações de produção capitalistas, seja pela quantidade, seja pela qualidade. A própria produção no campo é uma economia de mercado e não de subsistência, fechada em si mesma.” Ademais, as relações de produção capitalistas são consequências do domínio imperialista, que não é apenas um elemento externo à nação, mas também interno, uma vez que “[...] com ele se identifica a classe de patrões nacionais.”. Nesta linha, a burguesia nacional é apontada como sócia-menor do capital internacional, portanto, contrarrevolucionária, preferindo a integração à disputa, que

⁹ Como se pode notar, tratamos de forma sucinta a trajetória da organização até a luta armada. Para uma visão mais profunda, cf. Codarin (2019)

“[...] colocaria em risco a sua própria condição de classe exploradora.” Assim, mantém-se em voga a necessidade da revolução anti-imperialista, já que constatada a integração entre a burguesia nacional e o imperialismo, pois “[...] as classes revolucionárias, ao destruir o imperialismo, destroem necessariamente a burguesia local brasileira a ele integrada, o que em resumo é o próprio sistema capitalista.” Com a vinculação entre a burguesia nacional e o imperialismo, torna-se natural que a contradição fundamental e principal da sociedade brasileira “[...] é a que põe em choque burguesia e proletariado”, pois, “[...] está tão aguda a contradição capital versus trabalho, tão ligada à pressão imperialista do sistema, que as lutas revolucionárias desembocam, fatalmente, na negação da sociedade atual.” Em síntese, “[...] fica definida a etapa socialista da Revolução Brasileira” (DISSIDÊNCIA COMUNISTA DA GUANABARA, 1969: 1-3).

Para essa leitura, deve-se ressaltar algumas contribuições teóricas, proponentes de análises sobre a inserção completa da sociedade brasileira na lógica capitalista e sobre o caráter imperialista da dominação capitalista, fortemente marcadas pelos conceitos-chave *integração e dependência*. De início, conforme aponta Badaró Mattos (2002), as teses da POLOP, que ressaltavam o caráter capitalista da sociedade brasileira e, por consequência, a necessidade da revolução socialista, serviram de matriz à contraposição das propostas do PCB. Além disso, fizeram-se influentes as análises de Caio Prado Júnior, em *A revolução brasileira* (1966), e de Andreas Gunder Frank, em seu artigo *A agricultura brasileira: capitalismo e o mito do feudalismo* (1964). A essas, integrava-se o ensaio de Paul Baran e Paul Sweezy, expoentes do marxismo norte-americano, *Capitalismo Monopolista* (1966), que ao buscar compreender os mecanismos da dominação imperialista, impelia protagonismo aos países dependentes na progressiva *marcha para o socialismo*¹⁰.

Acoplavam-se a essas leituras, a tese de estagnação econômica duradoura de Celso Furtado, propostas, principalmente, em *Dialética do desenvolvimento* (1964) e *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966). Esta, conforme a ótica de Gorender, foi filtrada pelos militantes da luta armada, impulsionando conclusões “[...] que

¹⁰ Segundo o texto: “[...] a luta de classes em nossa época foi totalmente internacionalizada. A iniciativa revolucionária contra o capitalismo, que nos dias de Marx pertencia ao proletariado dos países adiantados, passou às mãos das massas empobrecidas dos países subdesenvolvidos, que lutam para libertar-se do domínio e exploração imperialistas.” (BARAN; SWEEZY, 1966: 18). Em síntese, aos países periféricos “[...] a única estrada do progresso leva diretamente para fora do sistema capitalista.” (Idem: 22)

vinculavam a ditadura militar ao impasse do capitalismo no Brasil e reforçavam a perspectiva socialista. ” (GORENDER, 2014: 85) Assim, constituía-se a “utopia do impasse”, conforme expressão de Daniel Aarão Reis (1990). Impasse resolvível apenas fora do sistema capitalista. Portanto, na tradição marxista, as condições objetivas estavam dadas. Faltavam, apenas, as subjetivas. E estas, sob forte influência do foquismo cubano, realizavam-se através da guerra revolucionária, “[...] processo inevitável para o qual os revolucionários devem preparar-se e preparar as massas, especialmente o proletariado. ” (DI-GB, 1969: 4).

Feita a análise sobre o caráter da revolução, os dissidentes passam a discorrer sobre as formas de luta necessárias ao sucesso da revolução brasileira. Neste ponto, apesar da significativa influência do foquismo cubano, podemos notar pontos de divergência, principalmente com relação à sobreposição da perspectiva militar à política e relacionada ao trabalho junto as massas. Com relação à primeira, a evidência principal está na definição dos dissidentes a respeito da guerra revolucionária. Esta é:

[...] um processo político e não como explicitação militar da luta política. [...]. GR [guerra revolucionária] não é o foco guerrilheiro ou insurreição urbana. O processo armado não está contido nesta ou naquela forma de GR. Ele é muito mais do que isso porque não só engloba todas as formas armadas de luta, como também uma infinidade de formas não armadas que encaminham, preparam e fortalecem as formas armadas de luta (DI-GB, 1969: 4).

Essa percepção ampla sobre a guerra revolucionária decorria, para além da visão sobre a necessidade do trabalho de massas, conforme veremos adiante, também da concepção de que a guerra seria de longa duração, devido à força da burguesia e à fraqueza do proletariado, que, ainda influenciado pela prática reformista do PCB, “[...] encontra-se num baixo nível de consciência e organização” (DI-GB, 1969: 8). Portanto, utilizando-se desta concepção, a DI-GB enxergava este processo através de diferentes fases. Neste início, as formas armadas de luta não teriam caráter estratégico, mas deveriam impulsionar a criação do foco guerrilheiro, segunda fase da guerra revolucionária e objetivo “tático-global”. Relacionadas à primeira fase estavam as formas não estratégicas de luta, que incluíam: autodefesa armada, sabotagem de massas e propaganda armada. Esta última visava “[...]”

estimular lutas políticas e econômicas locais, propagar elementos estratégicos e fornecer exemplos concretos da viabilidade da luta contra as forças repressivas” (DI-GB, 1969: 7).

Nesta primeira fase, deveriam, portanto, a partir das formas não estratégicas de luta, romper com a baixa consciência e organização do proletariado, através, principalmente, da criação de uma “infraestrutura político-militar”. Este seria o principal objetivo junto ao movimento operário. De início, as ações de propaganda armada teriam o propósito de conscientizar os trabalhadores, evidenciando possibilidades concretas de alternativa à situação de exploração a que estavam submetidos, impulsionando o movimento de massas da classe operária. No bojo dessa movimentação, apareceriam as “parcelas avançadas” das massas, potencialmente revolucionárias. À organização caberia a tarefa de se vincular organicamente a essas parcelas avançadas, “de modo a organizá-las em moldes político-militares em cima de um trabalho de massas” (Idem: 10). A composição dessas parcelas avançadas em moldes político-militares é o que os dissidentes caracterizavam como Grupos Político-Militares (GPMs), cerne da construção da infraestrutura político-militar. Estes GPMs atuariam de forma constante sobre o movimento de massas, identificando a luta de massas com a construção do foco guerrilheiro, através, principalmente, da propaganda armada.

Em síntese, nessa concepção de atuação junto ao movimento operário, é evidente a imprescindibilidade do movimento de massas, seja para caracterizar suas parcelas avançadas – pois, “as vanguardas só se formam em processos de massas” (Ibidem) –, seja para, posteriormente, organizar essas parcelas avançadas para atuar junto às massas. Para essa formulação, além da concepção de movimento de massas que traziam da atuação no movimento estudantil, contribuíram, significativamente, as greves operárias ocorridas em Osasco e Contagem no ano anterior. Essas, apesar do recrudescimento do regime, evidenciavam a possibilidade de movimentação dos trabalhadores, influenciando, assim, na caracterização da atuação dos dissidentes junto ao movimento operário.

Neste sentido, demonstrando a influência da perspectiva clássica proposta por Lênin sobre o partido de vanguarda¹¹, criticavam algumas posições referentes à relação entre vanguarda e as massas, sobretudo as de Debray, e propunham a sua própria:

¹¹ Apesar de compreendermos que são diversas as concepções de partido propostas por Lênin ao longo de sua produção intelectual, concordamos com Johnstone quando aponta que, apesar das diferenças, há um aspecto

Os comunistas devem negar as duas concepções errôneas acerca da relação vanguarda-massa. Primeiro, a que considera apenas uma variável – a vanguarda – que subestima a participação das massas no processo revolucionário e que substitui o papel das massas pela atuação militar da vanguarda. Segundo, a concepção que se restringe à outra variável – a massa- desconhecendo o papel revolucionário da vanguarda, colocando-a a reboque da massa. Compreender a justa relação entre vanguarda e massa significa dar àquela o seu papel histórico de apontar teórica e praticamente objetivos e caminhos que as massas assimilem em seu processo político (DI-GB, 1969: 5).

Por fim, com relação ao tipo de organização necessária, reivindicavam ser imprescindível a construção de um partido que, ao contrário do PCB, fosse efetivamente revolucionário. Contudo, este seria forjado apenas no decorrer da luta armada. Nas palavras dos dissidentes: “A relação entre o POR [Partido Operário Revolucionário] e a luta revolucionária é, portanto, dialética. Aquele não se forma senão no interior desta e a luta revolucionária não alcança seu objetivo final sem o POR.” (DI-GB, 1969: 11)

Portanto, oferecendo contornos mais claros à opção pelo enfrentamento armado, a linha política aprovada pela III Conferência demonstra a miscelânea de referências teóricas que faziam parte do imaginário dos dissidentes. Por um lado, a integração do Brasil na lógica capitalista e, conseqüentemente, na rede de exploração imperialista, aliadas à apropriação seletiva das teses de estagnação duradoura, construíram a visão de que a revolução brasileira estava na ordem do dia. A essa leitura conjuntural, nacional e internacional, respondiam com uma síntese entre as perspectivas propostas pelo foquismo cubano e as propostas clássicas de partido de vanguarda, respaldadas, principalmente, em Lênin. Realçavam a necessidade da força das armas, simbolizada na centralidade tática da propaganda armada. Contudo, sempre vinculada ao indispensável trabalho de massas. Além disso, nota-se também o dever de a vanguarda apontar teoricamente os objetivos às massas, fazendo valer a máxima do revolucionário bolchevique em *Que Fazer?*: “Sem teoria revolucionária não pode haver também movimento revolucionário.” (LÊNIN, 1986: 96-97)

que percorre a perspectiva de Lenin: “[...] uma vanguarda centralizada, que se empenhasse em fundir a teoria e a consciência socialistas com o movimento espontâneo dos operários.” (JOHNSTONE, 1985: 15-16)

Passemos agora às consequências práticas das posições políticas propostas na linha política, focando na principal delas: o rapto do embaixador norte-americano, em setembro de 1969.

De dissidentes a revolucionários.

Em decorrência das novas perspectivas políticas, a organização passou a atuar em três seções distintas: Frente de Trabalho Operário (FTO), Frente de Trabalho nas Camadas Médias (FTCM) e Frente de Trabalho Armado (FTA). À primeira, caberia a atuação junto ao movimento operário, realizada, principalmente, através das ações de agitação e propaganda na porta das fábricas. Objetivavam angariar novos contatos através da denúncia do arrocho salarial e, principalmente, das denúncias relacionadas às condições de trabalho nas respectivas fábricas em que realizavam as ações. Nesse sentido editavam um jornal, denominado *Força Operária*, com objetivo de que funcionasse como “um instrumento de luta e organização dos trabalhadores contra os patrões (MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO, s.d.: 3) ” À FCM caberia a atuação, principalmente, junto ao movimento estudantil, mas também com incursões nos setores assalariados de classe média, como jornalistas e bancários. Como modo central de atingir esses setores, a organização editava mensalmente, desde 1968, o jornal Resistência. Com objetivo de romper a censura, o jornal publicava notícias críticas à ditadura, mas, no início, sem uma perspectiva explícita de apoio à luta armada.

Em síntese, a criação da FTCM e da FTO, e suas respectivas dinâmicas durante o ano de 1969, seja através da edição de jornais ou em relação a ações de agitação e propaganda em busca de ampliação de contatos, enfatizavam a concepção política da organização sobre a necessidade do trabalho junto às massas, demonstrando, assim, a influência da visão lenineana proposta no *Que Fazer?*. Contudo, se houve uma dinamização na FTCM e FTO da organização, com a adesão formal à luta armada a Frente de Trabalho Armado começava uma trajetória de ascensão e protagonismo no interior da organização.

A FTA tinha por objetivo realizar dois tipos de ações armadas. Ações meio, como eram conhecidas na época, que objetivavam angariar fundos financeiros para a organização, e ações de propaganda armada, tendo em vista demonstrar a viabilidade, diante da

população, da luta armada como meio de enfrentar o aparato repressivo do Estado. Além das três ações realizadas antes de abril, a DI-GB realizaria diversas ações ao longo de 1969. Em uma delas, em agosto, com objetivo de confundir os órgãos de repressão, adotou o nome Movimento Revolucionário 8 de Outubro, atribuído, pelos órgãos repressivos, à Dissidência do Rio de Janeiro, atuante em Niterói, que havia sido destruída. Como ainda eram desconhecidos dos órgãos de repressão, os dissidentes da Guanabara, tentando desmoralizar os agentes de repressão, ao assaltarem um carro-pagador, soltaram panfletos divulgando a luta armada, assinados como Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Assim, rebatizados, realizariam a ação mais ousada da esquerda armada brasileira: o rapto do embaixador norte-americano, em setembro.

Com objetivo inicial de libertar o principal líder de massas da organização, Vladimir Palmeira, preso no XXX Congresso da UNE em Ibiúna, o Oito, como ficou conhecido, aliou esta necessidade à perspectiva de realizar uma ação de propaganda que globalizaria, em escala nacional, os feitos da esquerda armada, tendo em vista romper a censura imposta à imprensa, com objetivo de confrontar a propaganda ufanista da ditadura na semana da pátria. Para isso, pela grandiosidade da ação e pela necessidade de fortalecer a aproximação com as demais organizações, buscaram realizá-la em conjunto. Frustradas as perspectivas de contato com a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares), estabeleceram contatos com a Ação Libertadora Nacional (ALN) de São Paulo, comandada por Joaquim Câmara Ferreira, que aceitou realizar a ação.

Apesar do sucesso tático da ação¹², que possibilitou a libertação de quinze presos políticos e divulgou o manifesto nos principais meios de comunicação, o rapto do embaixador estimulou a fúria repressiva do Estado, que, como consequência direta, atualizou a lei de Segurança Nacional, instituindo a pena de morte para crimes políticos, e fortaleceu o aparato repressivo às organizações de esquerda armada.¹³ Ao contrário do desconhecimento que o caracterizava anteriormente, a ação do rapto colocou o MR-8 como um dos principais alvos da repressão. Apesar de não sofrer perdas significativas imediatamente após a ação, com exceção da prisão de Cláudio Torres, a esquerda armada,

¹² Para maiores detalhes sobre os desdobramentos factuais do rapto do embaixador, cf. Benjamin (2013); Berquó (1997); Da-Rin (2007).

¹³ Maiores detalhes sobre a lei, cf. Decreto-Lei nº 898/69. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10898.html Acessado em: 11/06/2018. Para uma perspectiva mais detalhada do desenvolvimento da estrutura repressiva, cf. Fico (2001)

de modo geral, sofreu grandes baixas. Em especial a ALN que, para além da prisão e morte de militantes participantes da ação, foi acometida pelo assassinato de Carlos Marighella, em novembro, principal líder da organização e referência às demais organizações no processo de ruptura com o PCB e construção da esquerda armada.

Portanto, como aponta Cid Benjamin, participante do rapto, em seu livro de memórias: “Se o ingresso na luta armada já tinha representado uma travessia do Rubicão, o sequestro do embaixador aprofundou as consequências daquela opção (BENJAMIN, 2013: 122)”. Por um lado, o sucesso tático da ação alçou o MR-8 a um novo patamar no contexto da esquerda armada. A partir dela passaram a ser vistos com outros olhos pelas demais organizações, o que demonstra o imperativo da ação como legitimador dentro desse contexto. Contudo, por outro, a ação trouxe diversas consequências não favoráveis. Aprofundou a opção pela luta armada, impulsionando todos os militantes para a clandestinidade rigorosa, isolando-os dos setores sociais que buscavam mobilizar para realização da idealizada revolução brasileira e tornando próximo a possibilidade de prisão, tortura e, no limite, da morte.

“Substituir a apatia pela determinação e a desconfiança pela certeza.”

Apesar das expectativas, expostas na linha política, a respeito das possibilidades que se abririam a partir das ações de propaganda armada, a conjuntura posterior à ação de maior envergadura política que poderiam realizar não trouxe os resultados esperados, principalmente com relação ao movimento de massas. Ao contrário. Nos últimos meses de 1969, o MR-8 teve de se retrair, imergindo na clandestinidade, reduzindo suas atividades políticas a quase zero. Assim, diante desse novo cenário, a Direção-Geral da organização propõe a abertura de um debate entre os militantes, entre dezembro e janeiro, para realizar um balanço sobre a prática armada.

Apesar de não ser, propriamente, o objetivo central deste artigo, neste debate, fomentado através da “Tribuna de Debates”, apresentam-se dois aspectos fundamentais que permeariam os debates teóricos ao longo do ano de 1970: por um lado, constata-se, de modo uníssono, o isolamento das organizações de esquerda armada diante das massas revolucionárias, fato que coloca, no centro do debate, a necessidade de discutir a relação

entre a vanguarda e as massas para superar o isolamento. Além disso, apesar das adversidades, a posição majoritária propõe a permanência na luta armada. O maior exemplo nesse sentido, é o documento escrito pelo militante de codinome “José Gonde”, que pode ser apresentado como síntese da posição dominante entre os militantes nesse período. Apesar dos erros e dificuldades constatados, ressaltava a determinação revolucionária como meio de superá-los:

[...] estamos unidos por uma mesma determinação revolucionária. Isso nos diferencia dos que vacilam e abandonam a prática. Nós nos comprometemos é com a revolução e encontramos na nossa [prática] a visão político-ideológica que permitirá a consecução desse nosso objetivo. Devemos preservá-la. E para tanto substituir a apatia pela determinação e a desconfiança pela certeza (JOSÉ GONDE, 1969: 15).

Essa incursão breve sobre esse debate teórico realizado logo após à ação do rapto do embaixador norte-americano é necessária para ressaltarmos que se abriu um novo momento para a organização após a ação e, com ele, construiu-se, gradativamente, a perspectiva da “determinação revolucionária”. Fortemente amparada no foquismo cubano, que postulava a necessidade do guerrilheiro:

[...] estar sempre pronto a ter uma atitude otimista perante as circunstâncias e a encontrar uma solução favorável ainda que nos momentos em que a análise das condições adversas e favoráveis não resulte num apreciável saldo positivo (GUEVARA, 1987: 42)

Esse imperativo da ofensiva passa a tratar qualquer forma de crítica ou posição contrária à luta armada como traição ou, nos termos da época, “recuísmo” e “desbunde”¹⁴. Nem a possibilidade da morte dos militantes deveria diminuir o ímpeto dos revolucionários. A exemplo da própria trajetória de Che Guevara, assassinado na Bolívia tentando provar a validade de sua teoria revolucionária, a frase de Debray ecoava na esquerda armada

¹⁴ Deve-se ressaltar que o termo “desbunde” revestia-se, naquele momento, de uma diversidade de significados. Para além de representar, pejorativamente, uma parcela de militantes de esquerda que desistiram e/ou não aderiram à luta armada, o termo também fez referência aos movimentos contraculturais brasileiros do final da década de 60 e início da década de 70, ressaltando assim um aspecto positivo, com um sentido de quebra de padrões nas mais diversas esferas da vida social. Para maiores detalhes sobre o termo, cf. DINIZ (2017).

brasileira: “Vencer é aceitar, desde o princípio, que a vida não é o bem supremo do revolucionário.” (DEBRAY, S.d: 37)

Assim, o MR-8 entrava no ano de 1970, buscando se reorganizar para dar seguimento à luta armada. A máxima da Organização Latino-Americana de Solidariedade¹⁵ (OLAS) se fazia sentir mais do que nunca: o dever de todo revolucionário é fazer a revolução.

A influência das “teses de Jamil” e o debate teórico a respeito da relação vanguarda/massas.

Apesar da disposição revolucionária, impulsionada pelos debates em fins de 1969, a estrutura repressiva impeliu grandes reveses ao *Oito*, como ficou particularmente conhecido, no início de 1970. Em fevereiro, um dos dirigentes da organização, José Roberto Spiegner, foi preso, torturado e assassinado. O cerco estava se fechando. Em março, novas prisões, entre elas: Daniel Aarão Reis, também dirigente, e Vera Sílvia Magalhães. Os esforços dos agentes da repressão não davam tempo ao MR-8. Em abril, novas e mais amplas prisões deixaram a organização em séria debilidade. No período imediatamente posterior, o Oito ficou significativamente desarticulado. Sem os membros de direção, e seguindo as regras de compartimentação de informações entre os diferentes setores da organização, consequência das medidas de segurança impostas para atuação na clandestinidade, houve dificuldade no reestabelecimento de contatos entre os militantes para recomposição da DG e posterior retomada da prática política.

A reorganização, finalmente iniciada em meados de 1970, foi acompanhada do ressurgimento do debate teórico de fins de 1969, acrescido agora das chamadas “Teses de Jamil” que, apesar de escritas no ano anterior, foram divulgadas pela VPR apenas em meados de 1970, sob o nome *O caminho da vanguarda*. Analisaremos a influência das Teses de Jamil a partir das posições apresentadas pela Direção-Geral na “Tribuna de Debates”, divulgada em setembro, objetivando realçar a importância do debate teórico para

¹⁵ A OLAS atendia ao objetivo cubano, já em curso, de internacionalizar a revolução no continente latino-americano. Funcionou como uma espécie de internacional latino-americana, reunindo diversos líderes e movimentos de esquerda de *nuestra america*. Seu lema – o dever de todo revolucionário é fazer a revolução – reverberou nos rincões da América Latina, conclamando à construção do foco guerrilheiro pelos movimentos dissonantes das posições dos Partidos Comunistas.

superação das adversidades. Todavia, visamos também demonstrar que esse debate esteve fortemente amparado na necessidade de permanência na luta armada, não apenas fundamentada na perspectiva da “determinação revolucionária”, citada anteriormente, mas gradualmente acrescida de um compromisso ético com os companheiros presos e/ou assassinados¹⁶.

O documento da Direção-Geral propõe quatro análises inter-relacionadas: conjuntural socioeconômica, em relação à situação da burguesia, das massas e da esquerda revolucionária. No entanto, ao contrário das análises anteriores, a interpretação conjuntural socioeconômica aponta, pela primeira vez, um questionamento, mesmo que superficial, da tese de estagnação do capitalismo no Brasil. Ao constatar que a tática contrarrevolucionária da ditadura se baseou, durante certo tempo, em repressão e propaganda, apontando seu caráter provisório, percebe que o governo iniciou uma busca de saídas alternativas, “a médio e a longo prazo” (MR-8, 1970a: 1). Saídas que deveriam ser encontradas, fundamentalmente, no desenvolvimento econômico. E nesta perspectiva, iniciam a análise sobre a situação econômica brasileira, constatando avanço ao contrário de estagnação:

Seria uma satisfação bem imatura e ilusória ver em ‘maus lençóis’ a atual situação econômica. Do ponto de vista dos interesses da burguesia, ela está razoavelmente bem: boa taxa de crescimento, aumento do produto interno bruto (PIB), aumento dos depósitos externos, bolsa de valores em alta (sinal de melhoria do capital financeiro), etc. (MR-8, 1970a: 1).

Fica evidente que notaram o crescimento econômico derivado das diversas políticas econômicas autoritárias dos governos militares que, a partir de 1967, deram início a um período de crescimento econômico significativo, que ficaria conhecido como Milagre

¹⁶ Esse aspecto é ressaltado em diversas entrevistas com ex-militantes do MR-8. Cesar Benjamin, por exemplo, em depoimento a Marcelo Ridenti, afirma: “Houve uma dimensão ética muito relevante na militância, que foi tomando uma posição importante, em detrimento da posição política. Já em 1970, a dimensão política dessa ação se enevoa, torna-se obnubilada, como diria Fernando Pessoa, e aí cresce uma dimensão ética da ação, uma coisa de resistência (BENJAMIN, 1987)”. Corroborar com essa perspectiva o depoimento de Vera Sílvia Magalhães: “Eu não poderia sair do barco. Me sentia muito ligada a todos, inclusive, afetivamente. Eram meus amigos. A organização era a minha vida. Era a minha vida e a minha morte. Essa era a contradição com a qual eu tinha de viver. Fora dali o que eu era? Não tinha identidade. A minha identidade era aquela. Eu era uma guerrilheira, seja em declínio ou cercada. Com aqueles amigos, com aqueles guerrilheiros que tinham se proposto a transformar a sociedade (MAGALHÃES, 1987)”. Para maiores detalhes sobre essa perspectiva no geral da esquerda armada, cf. RIDENTI (2010: 263-268)

Econômico.¹⁷ No entanto, a leitura sobre o período de bonança econômica é extremamente seletiva, pois, ao contrário da “importância e a verdade da afirmação” de dados semelhantes sobre o desenvolvimento econômico em países avançados, que teria como consequência uma melhora no poder aquisitivo das massas, no Brasil, país subdesenvolvido, “sem nenhuma autonomia”, submetido à lógica de exploração do capitalismo monopolista, a constatação é diversa. Como é previsível no esquema argumentativo do MR-8, a inserção do Brasil, na lógica de exploração do imperialismo, gerava sérios impasses. O primeiro deles seria o conflito entre burguesia nacional e burguesia internacional. Caso houvesse conflito de interesses: “[...] as necessidades internas serão sacrificadas sem vacilação.” Ademais, como grande parte do parque industrial brasileiro é dominado pelo capital internacional, a maior parte do acúmulo de capital no Brasil não é reinvestido no mercado interno, mas é tirado do país, “sob a forma de remessa de lucros, [e vai] ser aplicado na Europa, ou parte na busca de outros mercados.” Como conclusão desta leitura, se o desenvolvimento econômico atende, exclusivamente, as demandas externas, e o lucro da produção industrial não é reinvestido no mercado interno, “[...] as saídas que a ditadura precisa ter ficam castradas, e não adianta tanto o desenvolvimento que não traz uma melhoria para a situação da massa, ao contrário: tem trazido uma maior concentração do poder econômico.” Neste sentido, concluem que “[...] os problemas básicos num governo de sistema integrado com o imperialismo permanecem inalterados, e o grande conflito gerado pelo fato de a burguesia não poder elevar, significativamente, o padrão das massas, tende a aprofundar-se” (MR-8, 1970a: 2).

É notório que parte da argumentação a respeito da análise conjuntural faz sentido, principalmente com relação ao caráter excludente e concentrador de renda que esse processo acarretou. Contudo, apesar de perceber o significativo crescimento econômico brasileiro, a análise não estende o argumento para questionar a visão sobre a submissão completa da burguesia e do Estado brasileiro ao capital internacional, conferindo-lhes maior autonomia e importância nas decisões nacionais. Na esteira, por não creditar nenhuma autonomia ao Estado e à burguesia nacional, conclui sobre a impossibilidade de o desenvolvimento acarretar um aumento do poder aquisitivo das massas, fator que as

¹⁷ Para maiores detalhes a respeito dos principais pontos da reforma econômica promovida pelos governos militares, cf. Luna; Klein (2014)

manteria em situação de miséria e, conseqüentemente, mais receptíveis às ações da vanguarda armada. Todavia, não enxergavam que, através da política de concessão de crédito, que inseriu, significativamente, diversas parcelas da sociedade na esfera de consumo, o poder aquisitivo das massas aumentou. Se na linha política de abril de 1969 talvez não estivessem suficientemente distantes do processo de desenvolvimento econômico, que passou a emitir claros sinais de crescimento a partir do ano de 1968¹⁸, para percebê-lo, em fins de 1970 inexistia essa possibilidade. Ao contrário da linha política de 1969, onde constatava-se estagnação econômica, a percepção de desenvolvimento econômico neste documento deveria impulsionar uma revisão na análise sobre a autonomia do governo brasileiro, da burguesia e da situação das massas. Contudo, permaneceu inalterada, mantendo a pedra angular da “utopia do impasse” que, por consequência, possibilitava a manutenção da perspectiva revolucionária pela luta armada.

Além da conjuntura macroeconômica, a novidade do documento é trazer uma análise conjuntural sobre a situação do campo brasileiro, porém sem grande sofisticação, reduzindo a análise do campo à visão conjuntural macroeconômica. A Direção-Geral compreende que, a exemplo da conjuntura geral, “os impasses vão se agravando”, devido à aliança das classes dominantes não tocar nos problemas fundamentais do meio rural. Para justificar essa afirmativa, apontam os principais problemas através do argumento da submissão diante do imperialismo. Como principal agravante da situação do campo, aparece “o grande incentivo à pecuária, fomentado pelos grupos americanos do ramo de conservas e de exportação de carnes”. Segundo o documento, a pecuária, não apenas em termos de “expansão de área”, mas também em “valor de produção”, caminhava para a dominação da produção agrícola brasileira. Esse fator de dominação, agravado pelo predomínio estrangeiro nesse ramo da produção agrícola, acarreta conseqüências semelhantes ao domínio estrangeiro na produção industrial. “Como os lucros não são reinvestidos, o problema maior é o da mão-de-obra excedente” (MR-8, 1970a: 3). Em síntese, a expansão da pecuária no Brasil, impulsionada pelo capital estrangeiro, reforça um processo, já em curso, de êxodo rural. Assim, como conclusão da análise sobre o campo brasileiro:

¹⁸ O crescimento econômico é notório, principalmente, a partir de 1968. Para gráficos, cf. Luna; Klein (2014: 98)

Hoje em dia, é ilusão pensar que a única área de tensão social no campo é o Nordeste. Ali, a seca agravou o problema, mais uma vez – o mesmo problema de todas as terras ocupadas do Brasil. O gado e a deflação da agricultura têm realizado uma expulsão maciça do homem da terra (MR-8, 1970a: 3).

Com isso, de acordo com a leitura seletiva que fizeram sobre a conjuntura nacional, fortemente dependente e submissa ao capital estrangeiro, concluem a análise sobre a ditadura e a burguesia:

Pensando não estarmos sendo eufóricos e nem pessimistas na avaliação que fizemos da situação geral do inimigo, podemos afirmar que na repressão (eliminação física da esquerda revolucionária e [ilegível] massa), e na propaganda estão as possibilidades da ditadura (MR-8, 1970a: 3).

Se na eliminação de seus inimigos e na propaganda estavam as possibilidades da ditadura, a situação aparecia como extremamente favorável, pois, ao avançar para a análise da esquerda revolucionária, o MR-8 traça um panorama, no mínimo otimista, sobre a situação da esquerda armada. Em um momento onde a grande maioria das organizações armadas se encontravam extremamente debilitadas, algumas já em processo de desmantelamento, concluem que as organizações estavam aprendendo com as lições tiradas dos erros, constatando que, neste período, havia “diminuído, consideravelmente as perdas humanas e materiais”, o que tornava difícil “para a repressão, a eliminação das organizações.” (MR-8, 1970a: 5). Em decorrência dessa avaliação, o documento postula que o MR-8 deveria deixar a postura de recuo que caracterizou a organização após as diversas prisões do início do ano. Contudo, aponta de que maneira deveriam fazê-lo: “[...] sair do recuo é dar consequências ao trabalho no campo, [...], mas é também levar a frente a luta urbana, dentre todas as extensões que se estabelecem por nossas possibilidades e pelas exigências do momento político. ” (MR-8, 1970a: 5). Como principal exigência desse momento, além da possibilidade de desenvolver trabalho político no campo brasileiro,

disponível a partir dos contatos obtidos através da unificação com a dissidência do PCB na Bahia (DI-BA)¹⁹.

Por fim, finalizando a rápida análise conjuntural da esquerda armada, mantinham o prognóstico otimista, apesar dos reveses, com relação ao trabalho ainda incipiente no campo: “Em 1972, se possível antes disso, colocaremos em ação o instrumento principal da guerra revolucionária: a luta armada no campo. ” (MR-8, 1970a: 5)

Após a leitura conjuntural, o documento passa a dialogar, constantemente, com as “Teses de Jamil”, explícita ou implicitamente. Ora criticando, ora se aproximando, o diálogo inicia-se por intermédio da discussão teórica sobre quais seriam as “massas”, conceito frequentemente utilizado nos textos políticos das organizações. “Jamil Rodrigues”, codinome de Ladislau Dowbor, percebendo a generalidade com que o conceito era mobilizado, em um de seus textos, de nome *Quem são as massas?*, procurou delimitá-lo, de modo a guiar a ação política de sua organização. No entanto, com a divulgação dos textos pela VPR, suas teses ressonaram nos quadros do MR-8, e a DG decidiu se posicionar diante das novas questões propostas por Jamil.

Resumidamente²⁰, o texto *Quem são as massas?* propõe uma análise sobre as massas exploradas no Brasil. O esforço teórico de Jamil tinha por objetivo, segundo Marcelo Ridenti, privilegiar

[...] a criatividade crítica dentro do marxismo, visando superar o dogmatismo fossilizante da esquerda tradicional, bem como a transposição mecânica de teorias e realidade de outras épocas, para explicar a realidade brasileira dos dias que corriam (RIDENTI, 1987: 181).

Neste sentido, promovendo uma reinterpretação da realidade brasileira, percebe que as classes sociais de seu tempo e do Brasil não eram as mesmas que Marx descreveu. A partir disso, desenvolveu a tese de que, nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, as

¹⁹ A unificação entre o MR-8 e a DI-BA, apesar de realizada em meados de 1969, adquiriu contornos mais nítidos e prática efetiva a partir do início de 1970. Com o desenvolvimento do trabalho político em Salvador, conseguiriam estabelecer os contatos que possibilitariam a construção da área destinada ao início da inserção no meio rural, com objetivo de construção da guerrilha rural. A área, no oeste baiano, em Brotas de Macaúbas, seria o local de destino de Carlos Lamarca, em 1971, quando já havia se transferido para o MR-8, tendo antes militado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

²⁰ As propostas teóricas de Jamil foram analisadas por outros autores, para maior profundidade, cf. Chagas (2009); Pezzonia (2014); Ridenti (1987); Rollemberg (2002).

“massas economicamente marginalizadas”, principalmente em desemprego ou subemprego, têm um peso maior no processo revolucionário em detrimento do proletariado, pois o capitalismo teria mudado sua composição orgânica, substituindo o homem pela máquina. Contudo, o proletariado, apesar do papel decrescente, mantinha sua importância revolucionária. Em menor número que as massas marginalizadas, não teria condições de realizar a revolução por si, logo, teria como missão estratégica “[...] fornecer o cimento ideológico em torno do qual o conjunto da população encontrará a sua unidade revolucionária, ao lutar por ideais socialistas (RODRIGUES *apud*. RIDENTI, 1987: 193)”. Em síntese, ao proletariado, por seu lugar na produção, caberia um papel ideológico, que dependeria, para realizar a revolução, da força das massas economicamente marginalizadas.

Dialogando com essa nova proposta teórica, o MR-8 dispôs um tópico do documento para análise da “massa principal nos centros urbanos”. Como prelúdio, indicava que os documentos de Jamil, “por sua qualidade de aprofundamento de questões e excelente conteúdo tem exercido grande influência na organização (MR-8, 1970a: 5)”. No entanto, ao mesmo tempo, reforça a atitude que deveria ser tomada diante das propostas do texto: “[...] o que não podemos é dogmatizar, também, os conceitos de Jamil, nossa obrigação é aprofundar seu conteúdo ou desenvolver discordâncias naquilo que, ao nosso ver, o companheiro erra ou deixa muito no geral.” (MR-8, 1970a: 5). Na esteira, aponta a principal contribuição do documento relacionado às massas:

[...] hoje em dia, não só a exploração pela mais-valia nos fornece o conceito de classe revolucionária; a esse se faz necessário acrescentar o de marginalização econômica levada a efeito pelo imperialismo nos países subdesenvolvidos, o que cria novos contingentes potencialmente revolucionário: é toda a população desempregada e subempregada. Esse é, ao nosso ver, o grande peso do documento, que elucida um problema até então abordado de maneira simplista (MR-8, 1970a: 6).

No entanto, segundo o documento, creditar a eles o papel principal no processo revolucionário seria um “revisionismo perigoso”. Nesta perspectiva, o principal ponto de discordância é o cerne da proposta de Jamil, ou seja, as camadas marginalizadas como massa principal do processo revolucionário. Segundo a direção do Oito, a missão do proletariado, ao contrário do que escreve Jamil, “[...] não é apenas a de dar o cimento

ideológico à revolução, mas, estrategicamente, é que tem condições de balançar o concreto da burguesia (MR-8, 1970a: 6) ”.

Objetivando combater a tese de Jamil sobre o papel decrescente do proletariado, o documento focalizava no processo de industrialização nacional e nas características gerais do capitalismo. Por um lado, no contexto geral, evidenciar a substituição de mão-de-obra por máquinas e, com isso, concluir acerca do “papel decrescente do proletariado seria diminuir o poder de elasticidade do capitalismo, no desenvolvimento da indústria. Sim, porque o capitalismo continuará levando em conta a disponibilidade de mão-de-obra barata (MR-8, 1970a: 6) ”. Além disso, sobre o contexto específico da industrialização no Brasil, percebiam a discrepância entre o avanço tecnológico e sua utilização nos países subdesenvolvidos:

Qualquer que seja o avanço tecnológico do mundo, o nível deste que chega ao país subdesenvolvido é sempre muito relativo à esta situação. E não despreza o baixo custo de mão de obra. O que se segue a isso é que em termo das grandes indústrias se agregam, necessariamente, indústrias pequenas e, assim, o crescimento industrial no país de tecnologia importada traz consigo um considerável aumento de mão de obra (MR-8, 1970a: 6).

Portanto, seria incorreto, como propõe Jamil,

[...] ver o proletariado se esvaindo, mesmo quantitativamente, enquanto classe. Ele é crescente numericamente, ainda que não seja principalmente nos números que reside a força revolucionária de uma classe, e apesar de, relativamente à população economicamente ativa, a classe operária permanecer minoritária (MR-8, 1970a: 7).

Reforçando o argumento contra Jamil, o documento relativizava a importância do papel quantitativo do proletariado no processo revolucionário, pois:

[...] enquanto classe que ocupa determinada posição no processo de produção capitalista, o proletariado nunca foi e nem será majoritário; não é principalmente o valor quantitativo de uma classe que lhe dá ou tira a hegemonia no processo revolucionário (MR-8, 1970a: 8).

Além do debate sobre quem são as massas revolucionárias, onde predominam as críticas às teses de Jamil, no desenvolvimento do documento, principalmente no que se refere à mudança tática e organizacional do MR-8, percebemos diversas aproximações com outra tese do dirigente da VPR, de nome *A vanguarda e as massas na primeira fase da revolução*.

Neste texto, segundo Ridenti, Jamil tenta equacionar a atuação dos revolucionários para com as massas na primeira fase da revolução, denominada “defensiva estratégica”, tendo como objetivo superar os impasses políticos da luta armada. Nesta fase, segundo Jamil, os principais objetivos seriam: “[...] repercussão política nacional junto ao povo, projetando-se como poder alternativo; desafio direto ao poder constituído e repercussão local em áreas de possível desenvolvimento da luta armada” (RODRIGUES *apud*. RIDENTI, 1987: 201). Estes objetivos seriam alcançados através de elementos táticos desenvolvidos na cidade e no campo. Na cidade, seriam realizados através, unicamente, das ações de propaganda armada. Estas, segundo Jamil, poderiam ser de três tipos: ações com objetivo de criar tensão, expectativa ou agitação; ações que identificavam os inimigos aos olhos da massa; ou ações que visassem obter a simpatia popular, como ações de sequestros de personalidades para libertação de presos, no âmbito geral, ou de ressonância local, como distribuição de víveres expropriados e/ou atos que obriguem o governo ou os patrões a pagarem salários atrasados e/ou concederem aumentos (RIDENTI, 1987: 204). Neste sentido, ao contrário da proposta que vimos na linha política de abril de 1969 do MR-8, Jamil não concebe a possibilidade de realização de trabalho de massas. Pelo contrário. No período de “defensiva estratégica”, “não há condição de transformar o apoio popular (no sentido passivo) em força permanente organizada (RIDENTI, 1987: 202)”, ou seja, o objetivo da primeira fase da revolução seria buscar uma vinculação política com a massa e não uma vinculação orgânica.²¹ Em síntese, segundo Ridenti:

Na primeira fase da revolução, a relação entre vanguarda e massas urbanas deveria ser estabelecida através, em primeiro lugar, do ‘contato’ com as massas, e não do tradicional ‘trabalho de massas’, dado o escasso número de quadros e com o ‘recrutamento limitado por razões de segurança ou orgânicas’ (RIDENTI, 1987: 202).

²¹ Vinculação política remete ao apoio político da massa às ações armadas. Vinculação orgânica refere-se à transformação desse apoio em força organizada, ou seja, integração aos grupos armados.

Tendo em vista o texto de Jamil, o documento da DG na Tribuna de Debates propõe uma revisão significativa da linha política de abril, especificamente nos pontos relacionados ao trabalho operário, que postulavam a necessidade de construção de uma “infraestrutura político-militar”, através da atuação de “grupos político-militares” junto às massas. Como vimos, nas resoluções políticas de abril, a construção dessa “infraestrutura político-militar” dependia do trabalho de massas, catalisado pela atuação da organização. Deste trabalho inicial, derivariam as “parcelas avançadas da massa”, potencialmente revolucionárias, formadas no bojo e organizadas para atuação no movimento de massas.

Contudo, segundo o documento de setembro de 1970, a atuação prática que se baseou nessas resoluções pouco avançou. Constatando a inexistência do movimento de massas, não conseguiam dinamizar os contatos abertos junto ao movimento operário, pois sua atuação estava condicionada à movimentação das massas. Portanto, certificado o impasse e objetivando manter a perspectiva de luta armada, o documento propunha uma redefinição dos conceitos “infraestrutura político-militar”, “grupo político-militar” e “parcelas avançadas da massa”, visando descaracterizá-los como dependentes do trabalho de massas. De início, redefinia-se a “infraestrutura político-militar”. Ao contrário da perspectiva que propunha uma vinculação orgânica com as massas, seriam, naquele momento, mais “modestos e consequentes”, buscando apenas vinculação política com as “parcelas avançadas da massa”. Esta vinculação se daria, exclusivamente, pelas ações de propaganda armada, “atacando os problemas da superestrutura e principalmente os [problemas] objetivos (desemprego, arrocho [salarial], habitação e aumento do custo de vida) (MR-8, 1970a: 10)”. Assim, no bojo deste novo conceito, redefinia-se, também, quem eram as “parcelas avançadas da massa”. Estas, ao contrário da visão de outrora, “demonstram-se dispostas a participar da luta, não só influenciadas pelo movimento de massas, mas também pela repercussão que as ações da vanguarda obtêm em seu meio (MR-8, 1970a: 10)”. Desvinculadas, portanto, do movimento de massas, deveriam ser identificadas de outro modo, sendo, assim, distinguíveis por: seguir com atenção a vida política do país, conversar com companheiros apresentando posições e transmitindo informações, perceber a exploração a que estão submetidos e se revoltar com isso, tender a

assumir a liderança em movimentos espontâneos, e, por fim, estarem dispostos a participar da luta (MR-8, 1970a: 10).

Assim, caracterizadas as parcelas avançadas e o papel que as ações armadas têm na atração desse segmento para as organizações de esquerda armada, percebiam que grande parte desse segmento das massas, nos campos e nas cidades, “apresentam-se dispostos a empunhar um fuzil”. Todavia, à vanguarda caberia a decisão sobre de que maneira essas parcelas avançadas deveriam contribuir para o processo revolucionário, seja permanecendo na fábrica, área de moradia ou participando de um “grupo político-militar”. Este, finalizando a revisão dos conceitos da linha de abril de 1969, perdia completamente sua característica anterior, passando a ser, sob nova nomenclatura, a antiga Frente de Trabalho Armado, pois tinha como objetivo ser “[...] o instrumento fundamental para a vinculação política, executando as ações de propaganda armada. [...]. Estarão adestrados para executar as ações meio, ações de PA [propaganda armada] e até ações de sequestro (MR-8, 1970a: 12)”. Em síntese, sintonizada com a proposta de vinculação política (contato com as massas) de Jamil: “Hoje criaremos uma estrutura em torno dos GPM [Grupos político-militares] com as parcelas avançadas e futuramente iremos desenvolver outras formas de luta que irão permitir, aí sim, uma verdadeira vinculação com a massa” (MR-8, 1970a: 12).

Nota-se, portanto, que há uma redefinição dos conceitos que estavam condicionados à existência do movimento das massas. Contraditoriamente, a partir daquele momento, o modo eleito para superar o isolamento diante das massas era canalizar todos – ou quase todos – os esforços materiais e humanos da organização para realização de ações armadas, que a impulsionavam, cada vez mais, ao isolamento. Neste sentido, a atuação do MR-8, na Guanabara, passou a orbitar em torno das ações armadas.

Apesar da apropriação de algumas das principais perspectivas propostas por Jamil, o documento da Direção-Geral, conforme vimos, propunha não dogmatizar suas teses, mas enaltecer seu esforço teórico e, fundamentalmente, “aprofundar seu conteúdo”. Para isso, o *Oito*, demonstrando a importância que conferia ao processo de discussão teórica, passou a editar uma revista, de nome *A arma da crítica*, visando aprofundar a discussão, não apenas na própria organização, mas na esquerda armada em geral. Demonstração desse esforço é a própria edição de abertura da revista, publicada em outubro.

Reivindicando a tradição da revista que o Oito, ainda como fração clandestina ao PCB, editava como forma de impulsionar a luta interna ao PCB, contra a proposta reformista que dominava o partido, percebem que em 1970 a importância de recuperar a revista não se referia mais à necessidade de combater a prática reformista do partido. Seu ressurgimento respondia ao

[...] momento em que a Esquerda Revolucionária se vê a braços com a necessidade de, no bojo da autocrítica dos erros que cometeu, construir todo um arcabouço político-ideológico capaz de responder aos desafios que a luta armada hoje nos coloca (MR-8, 1970b: 2).

Nesta perspectiva, notavam os erros da esquerda armada como consequências da “[...] carência de recursos teóricos, somada aos efeitos de longo período de despreocupação com a formulação política (MR-8, 1970b: 2)”. Em síntese, reforçando a necessidade de, “através de seus textos, estimular a discussão política e a reflexão ideológica (MR-8, 1970b: 2)”, concluía o editorial da nova revista, reivindicando a passagem clássica de Marx n’*A crítica da filosofia do direito de Hegel*:

Arma da Crítica, assim, se define como um instrumento da discussão política e da luta ideológica, partindo da certeza de que a crítica das armas só garantirá a sua consequência histórica se incorporar entre os seus elementos a arma das críticas política e ideológica (MR-8, 1970b: 2).

Nesta primeira edição, visto o debate proposto pela DG, os textos teóricos traziam como ponto central a problemática da relação entre a vanguarda e as massas. Para isso, publicaram dois textos escritos pelos militantes do MR-8 que estavam exilados em Cuba, realizando o treinamento guerrilheiro. O primeiro, de nome *O problema Vanguarda/Massa no atual momento histórico*, e o segundo, publicado na revista cubana *Pensamiento Crítico*, de nome *A experiência da guerrilha urbana no Brasil*. Para além, demonstrando o caráter plural e propulsor do debate teórico no seio da esquerda armada, publicaram também algumas das teses de Jamil, em específico as que citamos acima, *Quem são as Massas?* e *A vanguarda e as massas na primeira fase da Revolução*.

Conclusões

Através do percurso analítico do presente artigo, buscamos demonstrar como, apesar do forte viés anti-teoricista, houve espaço, pelo menos no caso analisado, para o debate teórico e, principalmente, a ênfase em sua necessidade para superar os problemas que apareceram no decorrer do caminho das organizações de esquerda armada brasileira. Apesar das nítidas análises de desenvolvimento econômico – em decorrência das transformações que os governos militares impunham, autoritariamente, à sociedade brasileira – e de estar consciente da marginalização crescente e da desproporcional relação de forças entre o aparato repressivo do Estado e os parques militantes que se dispunham a manter a luta, o MR-8 continuava, firme, na perspectiva de seguir adiante com a luta armada, ajustando sua perspectiva teórica para justificar a continuidade da luta em circunstâncias desfavoráveis para a mobilização das massas. Para isso, pudemos perceber que os textos de Jamil tiveram especial influência.

Nesse sentido, podemos concluir que o debate teórico no MR-8, desenvolvido em meados de 1970, seja sintomático do que Ridenti, inspirado em Frantz Fanon, denomina como “ponto de não-retorno” (RIDENTI, 2010: 247). Momento em que, apesar das evidências, os militantes da esquerda armada não poderiam recuar de suas escolhas, em decorrência do misto que envolvia o imperativo da ofensiva, simbolizado na “determinação revolucionária”, e o compromisso ético com os companheiros presos e/ou mortos ao longo da luta para realizar a revolução brasileira.

Referências Bibliográficas

AARÃO REIS FILHO, Daniel. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros. In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; MORAES, João Quartim (Orgs.) *História do marxismo no Brasil*, vol.1, 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 161-198.

_____. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943-1964. In: AARÃO REIS FILHO; RIDENTI (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*, vol. 5: *Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2002, p.73-108.

_____; CAMURÇA, Marcelo O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge (Orgs.) *Revolução e democracia (1964 - ...)*. Coleção: As esquerdas no Brasil: v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 131-148.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

BARÃO, Carlos Alberto. A influência da revolução cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60. In: MORAES, João Quartim de e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. 2. ed. Campinas: Edit. Da UNICAMP, 2003, v. I, p. 259-316.

BENJAMIN, Cesar. Entrevistador: Marcelo Ridenti. 1986. Entrevista concedida ao Arquivo Edgar Leuenroth. Militância Política e Luta Armada.

BENJAMIN, Cid. *Gracias a la vida: Memórias de um militante*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

BERQUÓ, Alberto. *O Sequestro dia a dia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

CARONE, Edgard. *O P.C.B (1943-1964)*. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982.

CHAGAS, Fábio André das. “As teses de ‘Jamil’ e a luta armada dos anos 1960-70 no Brasil. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, v. 1, nº 2, dez. 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/21/21>. Acesso: 03 jul. 2018.

CODARIN, Higor. *O MR-8 na luta armada: as armas da crítica e a crítica das armas*. São Paulo: Alameda Casa Editorial. (no prelo).

DA-RIN, Silvio. *Hércules 56: o sequestro do embaixador norte-americano em 1969*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

DEBRAY, Régis. *Revolução na Revolução?*. São Paulo: Centro Ed. Latino Americano, s.d.

DINIZ, Sheyla Castro. *Desbundados e Marginais: MPB e contracultura nos ‘anos de chumbo’ (1969-1974)*. 2017. 224 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/SP. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/331542/1/Diniz_SheylaCastro_D.pdf. Acessado em: 09 abr. 2019

DISSIDÊNCIA COMUNISTA DA GUANABARA. *Situação Internacional*. 1969, mimeo. In: Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro. (AMORJ/UFRJ) Organizações de Esquerda, Série 02.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FRANK, Andreas Gunder.. A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo. In: STEDILE, João Pedro (Org.) *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda* (1960-1980). São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 35-100.

FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GONDE, José. *Como prosseguir*, 1969, 15f. mimeo. In: Brasil: Nunca Mais. Pasta-processo: 076. p. 3407-3422. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/> Acesso 03 jul. 2018.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2014.

GUEVARA, Ernesto Che. *Obra revolucionaria*. Organização Roberto Fernandez Retamar. 2. Ed. México, DF: Era, 1968.

_____. *Guerra de Guerrilhas* (1960), 10ª ed. São Paulo: edições populares, 1987.

JOHNSTONE, Monty. Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda. In: HOBBSAWM, Eric J (Org.). *História do Marxismo*, vol. 6. São Paulo: Paz e Terra, 1985, p. 13-44.

LÊNIN, V. I. Que fazer? In: LÊNIN, V. I *Obras escolhidas, tomo 1*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. “Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; PATTO SÁ MOTTA, Rodrigo; RIDENTI, Marcelo (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MAGALHÃES, Vera Sílvia. Entrevistador: Marcelo Ridenti. 1986. Entrevista concedida ao Arquivo Edgar Leuenroth. Militância Política e Luta Armada.

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO, *Tribuna de Debates*: Setembro 1970, 1970a, mimeo. In: *Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM/Unesp)*, coleção Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasiliano. Localização: Caixa 10. 03.31,3.

_____. *A Arma da crítica, nº1, Outubro, 1970b, mimeo*. In: Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, fundo Organizações de Esquerda, Série-07(períódicos), documento nº 02.

_____. *Força Operária*, s.d, mimeo. In: Brasil: Nunca Mais. Pasta-processo: 076. p. 3534. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: A trajetória da POLOP (1961-1967). In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo. (Orgs.) *História do Marxismo no Brasil*, vol. 5: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: Editora Unicamp, 2002, p. 197-225.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB). Declaração sobre a política do PCB. *Voz Operária*, 1958. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm> Acesso 03/07/2018.

PEZZANIA, Rodrigo. Entre o ‘massismo’ e o ‘militarismo’: embates teóricos da luta armada em Fernando de Andrade e Jamil Rodrigues. *OPSIS*, v. 14, n. 1, p. 38-59, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/28997/17884#.Wzu00tJKjIU> Acesso: 03 jul. 2018.

PRADO JÚNIOR, Caio *A revolução brasileira*. (1966) 7ªed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RIDENTI, Marcelo. A Vanguarda Armada e as Massas na Revolução que não ocorreu. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, ANPOCS, 1987.

_____. *O fantasma da revolução brasileira*, 2ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

_____. “The Debate over Military (or Civilian-Military?) Dictatorship in Brazil in Historiographical Context”. *Bulletin of Latin American Research*. Early View (Online Version of Record published before inclusion in an issue). Edited By: Jasmine Gideon, Geoffrey Kantaris, Patricia Oliart, Lucy Taylor, Ann Varley and Matthew Brown. Online ISSN: 1470-9856.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

_____. A Vanguarda Popular Revolucionária: os ‘marginais’ na revolução brasileira. In: MEDEIROS DE MENEZES, Lená; MUNTEAL FILHO, Oswaldo; ROLLEMBERG, Denise (orgs.) *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2002, p. 77-88.

SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. 2005. 262f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/SP. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000375071> Acesso 03/07/2018.

Recebido em: 09 de agosto de 2018

Aceito em: 09 de fevereiro de 2019